

EDUCAÇÃO E SUAS MUDANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Leo Kennedy Alves dos Santos¹
Josoaldo Soares de Medeiros²

Resumo

Não é de hoje que ouvimos falar da sociedade de consumo, a mesma surge a partir da revolução industrial, por volta dos anos 80 do século XIX. Primeiramente, ela se caracteriza pelo consumo de massa, pela expansão dos mercados através da melhora das infraestruturas modernas de transporte e comunicação. A relação de consumo esta diretamente interligada ao desenvolvimento da sociedade, sendo um grande problema mundial as consequências do consumo exagerado incentivado pelo espírito consumista entranhado pelo regime capitalista enraizado no seio da sociedade, gerando consequências consideradas irreversíveis aos seres humanos. A contemporaneidade tem-se caracterizado pelas relações de produção e de consumo permeando as interações sociais. Alguns autores defendem que vem se processando importantes mudanças nas relações entre crianças e adultos, paralelamente ao surgimento de uma nova produção de subjetividade, consequente da organização do cotidiano pela mídia e das transformações no dia-a-dia das pessoas e das famílias, impostas pela sociedade de consumo. As relações intersubjetivas entre os seres humanos estariam sendo alteradas, portanto, em função das influências da mídia e da cultura do consumo. Assim, o presente trabalho aborda a educação e suas nuances na sociedade contemporânea e seu papel na formulação de uma nova sociedade. De modo mais específico, a educação para o consumo é elemento-chave na sensibilização da população. O método de pesquisa empregado para tal foi à investigação bibliográfica, que abrange várias áreas a exemplo da filosofia e da sociologia. O intuito deste trabalho é desempenhar uma reflexão bibliográfica sobre a sociedade de consumo com ênfase na educação contemporânea.

Palavra-chave: Sociedade, Consumo, educação.

Abstract

It is not today that we have heard of consumer society, it emerged from the industrial revolution, around the 80's of the nineteenth century. Firstly, it is characterized by the consumption of mass, by the expansion of the markets through the improvement of the modern infrastructures of transport and communication. The relation of consumption is directly linked to the development of society, a great world problem being the consequences of the exaggerated consumption encouraged by the consumerist spirit entangled by the capitalist regime rooted in the heart of society, generating consequences considered

¹ Assistente Social e Pedagogo, Pós-graduado em Direitos Humanos - UFCG, Docência do Ensino Infantil, Fundamental e Educação Especial - FAVENI, Gestão e Avaliação em Políticas Públicas – FIP, mestrando em Ciências da Educação. E-mail: leokalves@gmail.com

² Assistente Social, Pós-graduado em Saúde da Família e Saúde Pública pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), Patos – PB. Trabalha na Política de Educação, mestrando em Ciências da Educação. E-mail: josoaldosoares@yahoo.com.br

irreversible to human beings. Contemporaneity has been characterized by the relations of production and consumption permeating social interactions. Some authors argue that important changes in the relationship between children and adults have been taking place, in parallel with the emergence of a new production of subjectivity, as a consequence of the organization of daily life by the media and the daily changes in people and families imposed by consumer society. The intersubjective relations between human beings were being altered, therefore, in function of the influences of the media and the culture of the consumption. Thus, the present work deals with education and its nuances in contemporary society and its role in the formulation of a new society. More specifically, consumer education is a key element in sensitizing the population. The method of research used for this was the bibliographical research, which covers several areas such as philosophy and sociology. The purpose of this paper is to carry out a bibliographical reflection about consumer society with an emphasis on contemporary education.

Keywords: Society, Consumption, Education.

Introdução

A tradição do consumo surgiu a partir da Revolução Industrial e se materializou durante a Segunda Guerra Mundial, com o aparecimento da sociedade de consumo americana. Inúmeras mudanças geradas pela Revolução Industrial e avivadas pela globalização ocasionaram o consumo não apenas como um elemento de entrada para a diversidade crescente de produtos, mas, especialmente, como costume estimulado para satisfazer desejos e necessidades excessivas.

Desde então, a posse de bens tem sido definitiva para a constituição das relações sociais e da organização social. Por consequência, esta necessidade ilimitada de consumir, baseada na exploração imensa do ritmo de produção aliado ao consumo irracional causou a degradação do meio ambiente em níveis elevados.

Considerando que o meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é um direito básico ainda a ser efetivado, de modo a se buscar instrumentos que possam harmonizar o progresso econômico e a preservação dos recursos ambientais. Acredita-se que a adoção de uma nova ética no consumo, através da educação, seja a forma mais eficiente para se alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento, formando consumidores conscientes e responsáveis pelo seu papel atuante na sociedade.

As sociedades civilizadas se edificaram e continuam se edificando com base em dois princípios básicos, sendo a participação dos cidadãos e a colaboração de todos para a construção do bem comum, recentemente tão excluído das preocupações políticas. Em

segundo lugar, entraram as noções de rendimento, de flexibilização, de adequação e de concorrência.

Logo o artigo aborda as relações mútuas entre educação e sociedade, mostrando o surgimento e a expansão do consumo com base no contexto histórico. Considera os desafios a serem enfrentados pela educação e por suas instituições na sociedade contemporânea, onde, em conformidade com os progressos das forças produtivas, o conhecimento passa a constituir-se ponto estratégico para o desenvolvimento econômico e social.

As ponderações ampliadas apontam para a necessidade de que sejam repensados criticamente o desempenho social da educação e as intenções da escola na sociedade globalizada, tendo em vista a emancipação dos indivíduos e a democratização da sociedade. (SACHAFRANSKIN, 2005, p.105).

Metodologia

O presente estudo procede com posse de uma revisão bibliográfica integrativa permitiu fundamentar teoricamente a temática em questão. Portanto, fica evidente que a metodologia é o caminho e a trilha que deve ser seguida dentro do estudo, ela possibilita ao pesquisador descrever suas estratégias para desvendar a realidade de um determinado fato em análise (MINAYO, 1994). Nesse sentido, o estudo bibliográfico conduz o pesquisador mergulhar amplamente em novos conhecimentos científicos aglutinando experiências diretamente associadas a problemática investigada (GIL, 2002).

Com a utilização de dados secundários relatados em livros, artigos de revistas que descreve as especificidades do tema, bem como, as publicações em órgãos oficiais nacionais dentre outros, sendo assim, é preciso estabelecer buscas, localizações, identificações para produzir tratativas que devem seguir uma sistematização metodológica que vai reuniu dados sobre o objeto em análise a partir de distintos olhares de autores ou estudiosos sobre a temática (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Devido ser uma revisão bibliográfica a pesquisa buscou conduzir a análise dos dados existentes a partir de suas bases científicas a nível nacional, cujo material foi selecionado das suas respectivas bases indexadoras/plataformas, obedecendo a exclusão de matérias em língua estrangeira, publicações repetidas, produções não associadas ao tema, bem como, material que não estava acessível ao público de modo gratuito. Já nos critérios para inclusão das produções no estudo atentou os seguintes pontos: produção científica em língua portuguesa, livros, dissertações e teses, trabalhos em formato de artigo científicos e acesso gratuito, cuja relação estivesse associada aos objetivos propostos no estudo.

Para melhor conduzir as etapas do estudo foi necessários estabelecer critérios norteadores para transcorrer a revisão bibliográfica como: a pergunta norteadora do estudo, pesquisa criteriosa da literatura, coleta dos dados e análise crítica/reflexiva de todo material em análise os estudos incluídos, em seguida apresentar a revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Neste sentido, foi realizada a leitura na íntegra de todo o material incluído com a finalidade de construir os resultados e discussões deste trabalho.

Mudanças na sociedade contemporânea

A evolução gradativa acelerada pelo modo de produção capitalista provocou sérias mudanças no contexto global desde o século XVIII. De uma organização social e político-econômica baseada na produção artesanal, agrícola e feudal passou-se para uma sociedade onde a economia é marcada pela fabricação de produtos e pelo uso de poderoso arsenal tecnológico em busca da alta produtividade e de crescentes lucros com o mínimo de perdas.

O fenômeno da 2ª Revolução Industrial e Tecnológica, ocorrido no último quarto do século XIX marcou uma nova era do desenvolvimento capitalista no mundo, dando início ao ciclo do motor à combustão. Constituiu-se, de fato, um novo padrão de produção e de consumo, com base em modernos sistemas de produção e de comercialização, onde o elemento-símbolo desta transformação irreversível foi o automóvel, bem como a utilização de uma série de produtos propiciada pela eletricidade e pelos avanços na indústria de bens de consumo duráveis, com elevadas escalas de produção e de consumo (MORAIS; BORGES, 2010, p.14).

A Revolução Industrial concretizou mais que uma revolução técnica e científica. Ao substituir as ferramentas pelas máquinas, a energia humana em energia motriz e o modo de produção artesanal em sistema fabril, a industrialização inaugurou o início de uma era marcada pela produção de bens, competitividade acirrada, disputa por novos mercados, pelo consumo exacerbado. O crescente processo de industrialização passou a ser visto como forma de progresso econômico, inclusive determinando a divisão dos países do globo em desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A sociedade contemporânea deu prioridade ao homem consumidor e todas as classes sociais foram convidadas a consumir. Com produtos baratos, proporcionados pela produção em ampla escala, pôde-se atender a uma enorme variedade de consumidores com “status” e poderes aquisitivos diversos. As facilidades no momento da compra aumentaram, proporcionando que produtos antes considerados “artigos de luxo” se tornassem acessíveis a parcelas mais amplas da população.

A ampliação tecnológica permitiu o aumento da produção e a imposição do crescente hábito de consumo. O ter passou a ser mais importante que o ser. Os indivíduos são avaliados pelo patrimônio que possuem, pelos produtos que lhes são disponíveis. O exemplo de consumo transformou-se, inclusive, em forma de afirmação social, em integração de determinados grupos na sociedade.

O consumo classifica e constitui a ordem social muito além do objeto em si. Alguns objetos tem o poder de conferir status a quem os possui. São chaves dotadas do

poder mágico de abrir as portas. Os indivíduos devem conhecer quais são os objetos que possuem esse poder mágico, é essa a informação determina o lugar do indivíduo na sociedade. A exclusão social ocorre, inicialmente, pela não informação sobre quais coisas consumir (ROSSONI, 2010, p. 212).

A contemporaneidade tem-se qualificado pelas relações de produção e de consumo que permeiam as interações sociais. As identidades contemporâneas se configuram no consumo, dependendo daquilo que se possui ou do que se pode vir a gastar. O mercado nos ilude prometendo o ideal de igualdade e liberdade. Ele escolhe quem fará parte do seletivo grupo que pode consumir, gerando exclusão.

Em seu discurso, reforçado pelos meios de comunicação, todos somos iguais. Os objetos têm que ser novos, da moda. Devem capturar as mais insignificantes mudanças, que constituem o mito da novidade permanente que impulsiona crianças, adolescentes e adultos. Em contrapartida, ao invés de alcançar a tão almejada satisfação, o sujeito consumidor se vê cercado por um estado de total insatisfação, sendo esse estado necessário para o próprio funcionamento da lógica do consumo.

É por intermédio dos signos do consumo que se situa um indivíduo em determinado grupo, tribo, classe social, ou qualquer outra categoria que é usada para etiquetar pessoas. Crianças e adultos, mulheres e homens são classificados pelo que consomem, sabendo-se que nem sempre consomem o essencial.

Existe uma influência para o consumo de coisas secundárias, a tal ponto que, constantemente, notamos que o demasiado transforma-se em imprescindível. Raciocinamos que ser criança é ter, e não ser. De fato, um boné de marca parecido com outro na aparência, no material, na cor, mas é vendido no camelô. Só o fato de possuir um boné de marca já satisfaz o consumidor.

Deste modo, uma das descrições mais acentuadas das sociedades contemporâneas é a individualização dos agentes sociais. Se isto de certa forma foi uma resposta às relações de produção típicas de uma economia capitalista, num sentido econômico, tem como resultado consolidar um tipo de sociabilidade que é absolutamente impessoal.

Nas sociedades complicadas, no modo de vida urbano industrial, pela sua própria densidade, as relações sociais não se dão de pessoa a pessoa, mas de papel social para papel social, gerando, em certa medida, uma compatibilidade lógica entre os requisitos de ordem produtiva e as características de ordem social. Outra descrição definida das sociedades atuais é o seu caráter fundamentalmente competitivo, caráter este que se manifesta com maior ênfase

no plano das economias capitalistas, sob a forma de concorrência entre os produtores de bens e serviços.

Educação na contemporaneidade

Com a chegada do consumismo na sociedade contemporânea percebemos a prática educativa e suas relações com as transformações e exigências do contexto atual, em que a educação e a aquisição de conhecimentos passam a constituir-se pontos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social.

A partir destas condições, impõe-se novas solicitações à educação, em conformidade com os significativos avanços das forças produtivas, que vieram gerar uma nova cultura, centrada no conhecimento científico e tecnológico, tidos agora como o mais efetivo fator de produção no mundo capitalista. (OLIVEIRA, 2015).

A educação é, portanto, um procedimento social que se emoldura numa concepção apontada de mundo, a qual determina os fins a serem abrangidos pelo ato educativo, em conformidade com as ideias influentes numa dada sociedade. O fenômeno educativo não pode ser, pois, entendido de maneira despedaçada, ou como um devaneio válido para qualquer tempo e lugar, mas sim, como uma técnica social, localizada historicamente, numa realidade total, que abrange aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem real a que a educação diz respeito.

As modificações científicas, políticas, econômicas, culturais e sociais, que acontecem em nível mundial, estão a estabelecer o repensar da educação e das escolas, pois os padrões que têm dado ratificação às práticas educacionais não têm sido adequados de propiciar um desenvolvimento individual e social equânime, podendo-se conferir o acréscimo da miséria, da exclusão social, do individualismo, da competitividade, que estão a expelir indivíduos, grupos e nações. (MARTINS, 2010).

Por outro lado, não se pode recusar a colocação da educação como fator de desenvolvimento econômico e social de um país, de onde brota o indispensável de ela estar atenta às mudanças no contexto e às reivindicações da sociedade do conhecimento, colocando-se lado a lado com o progresso.

Logo, os avanços científicos e tecnológicos, formando pessoas dinâmicas, criativas, sensíveis, capazes de trabalhar em equipe, e que estejam devidamente diplomadas para

enfrentar um mundo que vive um procedimento acelerado de mudanças. (PERREOUD, 1994).

Espera-se, que a educação não abdique de suas responsabilidades de reflexão, estando atenta ao seu sentido ético de compromisso prioritário com a humanização das pessoas e com a condução democrática dos destinos da sociedade. (LIMA, 2010, p.25).

Neste processo de reconstrução da educação, afirma-se que se evidencia a necessidade de pesquisar e discutir os novos compromissos dos docentes, cujas tarefas se tornam cada vez mais complexas e difíceis. (FURRIELA, 2001, p.78).

Garantem também os referidos autores que não se pode desdenhar o papel fundamental dos intelectuais e da inovação, a passagem para uma sociedade cognitiva, os procedimentos endógenos que permitem a acumulação de saberes, as novas descobertas, que são aplicadas em vários domínios da atividade humana, mas, que, não se pode desconhecer as limitações e fracassos que podem acompanhar tais processos, quando não respeitam os limites da ética e da dignidade humana.

Os desafios educacionais da pós-modernidade consistem em organizar os indivíduos para a transitoriedade de todos os aspectos da vida, donde surge a necessidade da atualização constante e da emancipação dos homens, como sujeitos históricos. (MARTINS, 2010).

Ribas (2000, p. 78), “educação tem uma função social a cumprir e as escolas, agências incumbidas pela educação formal devem refletir sobre a sua finalidade, repensar sua função, adequando-se às demandas do atual momento histórico, tendo em vista preparar sujeitos” que, embora convivendo com os valores econômicos dominantes, tenham condições de percebê-los e redimensioná-los segundo as reais proporções e repercussões diárias.

Educação e suas perspectivas

Ao longo da história, a educação desempenhou diversas finalidades que variaram de acordo com a estrutura e tendências sociais de cada época, mudando conforme mudava a concepção da vida de cada período, impregnada pela filosofia predominante, determinada pelas classes consideradas “superiores”. Logo, o presente tópico destacará o papel da educação e suas perspectivas, porém, antes de tudo, faz-se necessário a compreensão da educação como um direito humano e social.

O direito de receber instrução pedagógica é imprescindível ao desenvolvimento do homem. A teoria do desenvolvimento humano comprovou que o homem constrói seu próprio conhecimento a partir da sua relação com o meio físico e social, e deve ser estimulado para desenvolver sua inteligência. A escola, sem dúvida, é o melhor lugar para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para isso, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, é clara ao afirmar de quem é a responsabilidade de oferecer a educação quando assim afirma categoricamente em seu Art. 205, o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL 1988, p. 99)

Fazendo uma análise detalhada deste artigo, observam-se quatro aspectos importantes: o primeiro deles, é que a educação é ao mesmo tempo um direito e um dever. Como direito, alcança a todos, mas como dever, restringe o seu alcance. Os responsáveis pela promoção desse direito estão concentrados em duas entidades muito importantes no meio social sob todos os aspectos: O Estado e a família. O Estado, para cumprir esse papel, faz-se representar pelas instituições de ensino por ele mantidas, mas para que a educação de fato aconteça, cresça e se fortaleça, é indispensável à participação da família no ambiente escolar, atuando de forma ativa no processo de ensino e aprendizagem, como corresponsável pela educação dos nossos jovens.

O segundo aspecto interessante é que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Com essa expressão, pela nossa Carta Maior, todos nós seres sociais temos o compromisso de atuarmos nesse processo como colaboradores. Nota-se que o verbo empregado está no futuro do indicativo: SERÁ que pressupõe DEVER. Não há, portanto, quem seja excluído dessa responsabilidade maior ou menor; mas sempre, responsabilidade.

O terceiro ponto é a expressão “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]”. Cabe a nós entendermos o que significa esse pleno desenvolvimento da pessoa. E entende-se que a educação vai muito além de simples reprodução de saberes, não se limita as quartas paredes de uma sala de aula e, nem tão pouco, à qualificação profissional. Eis aí o motivo pelo qual todos nós somos responsáveis por esse instituto: a obrigação não exclusiva da escola, nem da família, nem da sociedade no geral, mas de um todo harmônico, que reúne forças para o alcance de uma meta abrangente: formar o homem como ser social, habilitado

para exercer sua cidadania no sentido mais profundo da palavra; assim como zelar para que nossos jovens saiam de nossas escolas, também preparados para o mercado de trabalho, para a vida, seja ela social, profissional ou pessoal. Se assim o for, sem dúvida nenhuma, teremos esse êxito refletido na sociedade como um todo.

E um último ponto que deve ser acrescentado é a ênfase dada à preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. Como já foi discutido anteriormente, esses dois nortes devem ser seguidos para que seja alcançada essa plenitude de desenvolvimento pessoal.

O que nos resta destacar é a importância que tem a escola nesse sentido: é a ele que, em grande parte, é entregue esse dever porque nossas crianças e jovens passam quatro a oito horas diárias, duzentos dias por ano, por cerca de nove a doze anos de suas vidas naquele ambiente, ou seja, grande parte de suas vidas. Passam por ali quando ainda estão sendo formadas a sua personalidade e valores. São crianças e jovens em processo de formação e que são entregues por seus pais para que sejam preparados para a vida; e isso, deve ser uma extensão da formação que recebe de sua família. É nesse período que escola e família devem trabalhar em harmonia, e em equipe, como corresponsáveis.

A Escola vem tornando-se, cada vez mais, um espaço propício para essa formação, porque, por vezes, é ela o único espaço que a criança tem para expor os abusos que contra ela são cometidos e, não raro, é a escola e a parceira na defesa dos direitos enquanto criança ou adolescente, ameaçada ou abusada pela sua própria família. Há outras situações em que é a própria escola que viola esses direitos, e a família assume esse papel de interventora nessa relação escola-família em prol do aluno ao invés de ser harmônica, ficou desequilibrada. Nesse sentido, nossa legislação tem avançado, contribuindo para que as Instituições educacionais tornem-se aliadas e divulgadoras dos direitos fundamentais das crianças e jovens, envolvendo, para esse fim, toda a comunidade escolar: corpo docente, discente, pais de alunos, equipe técnica e a comunidade em geral.

É importante ressaltar que o Art. 205 da CF/88, aborda a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, mas enfatiza que esta será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; evidenciando que todos nós, enquanto, atores sociais, somos ou devemos ser, colaboradores desse processo educativo, que visa formar o homem em sua integralidade. Não é tarefa relegada exclusivamente à escola,

enquanto Instituição representativa do Estado, mas trata-se de uma integração mútua de instrumentos indispensáveis, como: Estado, Família e Sociedade. Até porque o indivíduo não é formado apenas no ambiente escolar, mas sim em todas as relações e grupos sociais de que faz parte.

O campo educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meio de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas sim a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, de há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais, etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar [...]. (LIBÂNEO, 1990, p. 89).

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL 1988, p. 106).

À escola, que por muito tempo ficou relegada à condição de transmitir a ideologia dos dominantes, ou de separar dominantes de dominados, fortalecendo as desigualdades sociais, agora passa a exercer a função primordial de moldar cidadãos, diminuir essas desigualdades, preparando o educando não apenas para o mercado de trabalho, mas para o “ser cidadão”, instrumentalizando o corpo discente com informações necessárias para o exercício dessa cidadania. Para que isso aconteça, é necessário que a escola traga, para dentro do espaço, a realidade social.

[...] a escola pode contribuir no processo de inserção social das novas gerações oferecendo instrumentos de compreensão da realidade local, e também, favorecendo a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas. A vida escolar possibilita exercer diferentes papéis, em grupos variados, facilitando a integração dos jovens no contexto maior. (SILVA, 2007, p.432)

Aos poucos, a escola do presente está vencendo o autoritarismo do passado, que a tornava submissa e que era uma barreira no cumprimento de sua função social. Como assegura, Silva (2007, p. 432) “a escola só pode cumprir seu papel de forma competente se tiver autonomia”. E a escola pode e deve realizar sua função social a partir do próprio trabalho que ela desenvolve com o ensino-aprendizagem, buscando introduzir, no currículo, conteúdos que instiguem o aluno a dialogar sobre as questões sociais que o envolvem, bem como, assim fazer, a partir de temáticas já incluídas nesse currículo.

Ao longo da história, já foi prioridade formar o soldado, o homem justo, o letrado, ou trabalhador comportado e produtivo. Os Currículos escolares, em consequência,

enfatazaram em diferentes momentos, determinados conteúdos, habilidades e valores. Isso quer dizer que até a simples escola dos conteúdos de ensino varia conforme o que se espera e deseja dos alunos em sua atenção na vida. (SILVA, 2007, p.433)

Por isso, trazer a realidade extraescolar do aluno para a sala de aula é tão importante para o seu aprendizado, pois este não pode está desvinculado do seu dia a dia. Sendo assim questões como violência, desigualdade social, miséria, saúde, devastação ambiental, avanços tecnológicos, tecnologias assistidas, acessibilidade e direitos humanos, devem ser discutidos e compreendidos pelos alunos a partir dos instrumentos oferecidos por cada disciplina.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, privilegia no título “Dos princípios e Fins da Educação Nacional”, em seus incisos X e XI, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Uma das alterações mais recentes e benéficas na lei evidenciada foi feita através da Lei nº 11.525/2007, que acrescentou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o Art. 32, o § 5º, seguinte:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL 2017 p. 23)

Foi um grande avanço na legislação educacional, que fomentou o papel da escola como instrumento adequado na divulgação dos direitos das crianças e adolescentes, já normatizados no Estatuto da Criança e do Adolescentes-ECA.

É bem verdade que é na escola que, muitas vezes, faz-se o diagnóstico de violações desses direitos que, não raras vezes, ocorrem dentro da própria casa desses menores; que encontram na escola o espaço adequado para falar dos seus anseios, seus medos e até mesmo, do relacionamento familiar, que é, na maioria dos casos, desestruturado e desastroso. A partir dessa diagnose, é possível se desenvolver ações integradas entre Estado, incluindo a Escola, Sociedade e Família, que são corresponsáveis no processo de formação de nossas crianças, a fim de restabelecer direitos e punir a infringência dos deveres para com eles.

É o anseio de todos: que a escola de fato, alcance o patamar de cumpridora de sua função social na contemporaneidade, pois, assim, se garantirá o direito social a todos de forma geral e igualitária.

Considerações finais

Ultimamente houve uma ampliação significativa do consumo em todo mundo, provocado pelo crescimento populacional e, principalmente, pela acumulação de capital das empresas que puderam se desenvolver e proporcionar os mais variados produtos, conjuntamente com os anúncios publicitários que propõe o consumo a todo o momento. Titulamos de consumo o ato da sociedade de adquirir aquilo que é imprescindível a sua subsistência e também aquilo que não é indispensável, já ao ato do consumo de produtos supérfluos, nomeamos consumismo. Para preencher as sociedades de consumo, o homem intervém intensamente no meio ambiente, pois tudo que o homem desenvolve vem da natureza.

Averiguou-se na contemporaneidade inquietações sociais e econômicas que é aparente na própria concepção de sociedade, educação e sujeito. Em decorrência, muda-se também a concepção de ser criança e de infância, alterando também os tipos de brinquedos infantis e o conceito de brincar.

È nesse contexto histórico-social que se constata um conjunto de conhecimentos a serviço da produção e do consumo. Essa sociedade apela incansavelmente para o consumo, criando no indivíduo a necessidade de consumir produtos, e para o público infantil os brinquedos industrializados são referência marcante; além de outros acessórios: roupas de marcas, enlatados, cds infantis, etc. No caso da criança, os divertimentos já estão prontos, fazem toda a simulação onde a criança apenas permanece frente ao brinquedo passivamente, olhando e observando como expectadora. Deste modo, essas novas formas de organização do trabalho e produção na sociedade capitalista, têm provocado maneiras caracterizadas sobre como os sujeitos são entendidos, categorizados e individualizados. Essas mudanças sociais-econômicas aparecem subentendidas em atitudes, comportamentos e nas mais diferentes teorias e práticas educativas.

A nossa Carta Maior, a ECA, bem como as legislações estaduais, tem buscado garantir tanto a criança como ao adolescente uma educação que lhes ofereça uma formação adequada, que lhes garanta o seu pleno desenvolvimento. Para que isso ocorra, é preciso que se ofereça na escola, todas as condições necessárias para seu desenvolvimento e cumpra a sua função social.

Durante a evolução histórica da educação brasileira, percebeu-se que a função da educação variou conforme cada época, chegando por vezes, a se apresentar como “cruel” na sua prática. Mas, essa postura foi mudando conforme também foram sendo modificados os anseios da sociedade na contemporaneidade. A Escola deve se preparar para enfrentar os problemas em relação a violação dos direitos da criança e do adolescente. Neste entendimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz em seu texto que essa responsabilidade é da escola.

Porém, embora essas determinações legais tenham entrado em vigor, as escolas devem redefinir seus planos para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça, valorize as diferenças, que aprenda a conviver e respeitar a diversidade social, com a inclusão na escola regular das crianças e adolescentes.

O apelo contemporâneo é, portanto, para a busca incansável da satisfação humana, via fabricação e consumo. O sujeito é responsável para consumir, valorizando a condição de ter e não de ser. A imagem, o belo, o fetiche é a garantia de status e importância; entretanto perde-se a noção do ser, da educação para a vida, enquanto processo de emancipação, preservando de forma considerável a educação para a utilidade.

Por fim, pretende-se que este trabalho possa servir de fonte de estímulo e pesquisa para todos as pessoas que se interessam pelo tema, como também espera-se que seja um subsídio de aperfeiçoamento profissional, contribuindo de maneira significativa na produção acadêmica que busca a formação de educadores e que, de alguma forma, irão atuar na educação contemporânea.

Referencias

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58p. Disponível online em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acessado em 02 de Fevereiro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988, 176p.

FURRIELA, R.B. **Educação para o consumo sustentável.** Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente – Programa Conheça a Educação do Cíbec/Inep- MEC/SEF/COEA, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, A. K. F. G. **Consumo e sustentabilidade:** em busca de novos paradigmas numa sociedade pós-industrial. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI - Fortaleza – CE, Junho de 2010. Disponível online em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3597.pdf>. Acessado em 07 de Fevereiro de 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** Campinas; SP. Ed. Papirus, 1990.

_____. J. C. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, T. G. Sociologia e desenvolvimento (1954 – 1964). **Revista Perspectivas**, v. 37, p. 211-224, São Paulo, jan./jun. 2010.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENDES, K. D. S., SILVEIRA, R. C. C. P., GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidência na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem.** Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, out./dez 2008. Disponível online em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 02 de Fevereiro de 2019.

MORAIS, L; BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo Experiências inovadoras.** São Paulo: Instituto Pólis, 2010, 468p.

OLIVEIRA, M. R.F de; PASCHOAL, J. D. A infância e a sociedade do consumo: indústria cultural e imaginário infantil. **Revista Imagem da Educação**, v. 5, n. 1, p. 05-15, 2015.

PERRENOUD, P. A escola deve seguir ou antecipar as mudanças da sociedade? In: PERRENOUD, P. & THURLER, M. G. **A escola e a mudança: contributos sociológicos.** Lisboa: Escolar Editora, p. 11-31, 1994, (Coleção Cadernos de Inovação Escolar).

RIBAS, M. H. **Construindo a competência.** São Paulo: Olho D'água, 2000.

ROSSONI, C. R. R. Compro, logo existo: a sociedade de consumo no cotidiano escolar. **Revista Quaestio**, v. 12, n. 2, p. 211-219, Nov, Socoraba- SP, 2010.

SACHAFRANSKIN, M.D. A educação e as transformações da sociedade. **Revista Publicatio UEPG – Ciências Humanas, linguística, Letras e Artes**, v. 13, n. 2, p. 101-112, Dez. 2005.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010.

SILVA, P.M. Sociedade de Consumo. **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 432-435, jul/dez, Porto Alegre, 2007.